

Paulistas vão levar proposta ao relator

anc p. 4

31 JUL 1987

No dia 5, uma comissão do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte estará em Brasília para entregar ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, e ao deputado Ulysses Guimarães um documento com as propostas populares de São Paulo. São aproximadamente 500 mil assinaturas, coletadas em todo o Estado nos últimos cinco meses. A solenidade está marcada para as 15 horas, no auditório Nereu Ramos do Congresso.

Os principais artigos do documento são os seguintes: direito do povo de exigir a aplicação da lei; direito do povo de propor leis, assegurado a qualquer entidade que tenha mais de 70 mil eleitores; direito do povo de alterar a Constituição; direito do povo de proibir o governo e particulares de fazer coisas que prejudiquem os outros; direito do povo de reclamar na Justiça quando a Constituição for desrespeitada; direito do povo de exigir informações do governo; direito do povo de participar do planejamento e do controle das atividades do governo; direito do povo de exigir consulta através do voto (referendum); e direito dos sindicatos e associações de defender coletivamente seus associados.

Entre as propostas mais votadas de participação popular incluem-se a reforma agrária, direito dos trabalhadores, reforma urbana, quase todas as sugestões apresentadas pela CNBB e eleições diretas em 88. O Plenário Pró-Participação Popular recebeu também algumas propostas pitorescas, como a de entidades sociais que querem impor a obrigatoriedade de todo o político eleito diretamente dar uma casa para amparo social, ou de grupos que pedem a proibição de seitas fanáticas e proibição de exportar carne. Muitas pessoas ainda não sabem o que é Constituinte, mas a maioria aderiu ao movimento declarando intenção de participar da elaboração da futura Constituição e de mudar alguma coisa.

As assinaturas foram coletadas em feiras livres, barracas espalhadas pelo centro da cidade, restaurantes e noites de autógrafos. Desde 1º de junho, com a fundação da sala da Constituinte na Faculdade de Direito do largo São Francisco, os trabalhos se concentraram lá. Além da Capital e Grande São Paulo, 45 cidades do Interior participaram do movimento, enviando sugestões e ajudando a coletar assinaturas.

O grupo Pró-Participação Popular na Constituinte existe desde janeiro de 85, quando o professor Godfredo da Silva Teles escreveu a "Carta aos Brasileiros", propondo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e não congressional.